

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

55 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 5 a 9/10/2020):

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Debate sobre o Conselho Europeu extraordinário	1
Lei Europeia do Clima - redução de 60% até 2030	1
Orçamento da UE - Condicionalidade do estado de direito	2
Acordo UE - Mercosul Posição do PE	2
Venezuela	2
Florestas: Estratégia pós-2020	2
Garantia para a Juventude	3
2. QFP 2021-27 NEXT GENERATION EU RECURSOS PRÓPRIOS	3
3. COMISSÃO EUROPEIA PACTO SOBRE ASILO E MIGRAÇÕES	4
4. COMISSÃO POLÍTICA DE ALARGAMENTO	5
5. PE APROVA COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO DE COMISSÁRIOS	5
6. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO	5
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Videoconferência do Eurogrupo	6
Cimeira UE-Ucrânia	6
Reunião informal dos Ministros da Energia	6
Videoconferência dos Ministros de Economia e Finanças	6
Videoconferência dos Ministros da Administração Interna	6
Videoconferência dos Ministros da Justiça	7
8. OUTROS ASSUNTOS	7
Inteligência Artificial - Comissão de Assuntos Jurídicos do PE	7
Registo de Transparência	7
Salário Mínimo europeu - estudo	7
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8
Reuniões interparlamentares - Presidência alemã	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana, realizou-se uma [sessão plenária do Parlamento Europeu \(PE\)](#), destacando-se:

Debate sobre o Conselho Europeu extraordinário

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, apresentou ao PE um [relatório](#) sobre o Conselho Europeu Extraordinário de 1 e 2 de outubro, com incidência nas [relações externas](#) (**Mediterrâneo Oriental, China, Bielorrússia, conflito no Alto Carabaque** e a tentativa de assassinio de Alexei Navalny) e breves [referências](#) ao funcionamento do mercado único, à estratégia industrial europeia e à transição digital.

No [debate](#) com os Deputados, [Manfred Weber](#) (PPE, Alemanha) solicitou aos líderes que concentrem os esforços, no **emprego e nos investimentos necessários à recuperação**, bem como na transformação digital. Questionou, ainda, o facto de o Presidente da Bielorrússia, Alyaksandr **Lukashenko**, não constar da [lista de sanções adotadas pelo Conselho](#) e porque não foram interrompidas as negociações de adesão com a **Turquia**. [Iraxte García Pérez](#) (S&D, Espanha) recordou que a **justiça social** deve estar no centro da recuperação económica no mercado interno, especialmente para fazer face aos muitos cidadãos desprotegidos em matéria de saúde e educação. [Dacian Cioloș](#) (Renew, Roménia) considerou que, para que a **UE possa ser credível como ator internacional**, os Estados-Membros devem adotar decisões geopolíticas por maioria qualificada e chegar a acordo sobre padrões comuns de respeito pelo estado de direito. [Marco Zanni](#) (ID, Itália) referiu que os **fundos europeus serão provavelmente insuficientes** e chegarão tarde para apoiar a recuperação económica na UE, alertando para a possível introdução de novos impostos, enquanto [Philippe Lamberts](#) (Verdes/ALE, Bélgica) assinalou que a **falta de independência energética, digital**, etc. enfraquecem a UE no palco internacional. [Derk Jan Eppink](#) (ECR, Países Baixos) apelou a uma **cooperação mais estreita com os EUA** na política externa e [Giorgos Georgiou](#) (GUE/NGL, Chipre) instou a UE a pôr termo ao que designou de “**colonatos**” **turcos** em Famagusta (norte de Chipre), que constitui uma ameaça à paz no Mediterrâneo oriental.

Lei Europeia do Clima - redução de 60% até 2030

O PE aprovou esta semana, com 392 votos a favor, 161 contra e 142 abstenções, o [seu mandato de negociação sobre a Lei do Clima](#). A resolução prevê que:

- todas as subvenções diretas e indiretas aos combustíveis fósseis devem ser eliminadas, o mais tardar, até 2025;
- seja introduzido um “*orçamento de gases com efeito de estufa*” para assegurar que a UE cumpre os objetivos do Acordo de Paris;
- seja criado de um organismo científico independente para acompanhar os progressos.

Recorde-se que, em março de 2020, a Comissão Europeia apresentou a [proposta de Lei Europeia do Clima](#), que visa consagrar este compromisso político no direito da UE e torná-lo, assim, juridicamente vinculativo. Esta proposta está no centro do [Pacto Ecológico Europeu](#).

Em 17 de setembro, a Comissão fez uma [alteração à proposta apresentada em março](#), a fim de incluir a meta de redução das emissões em, pelo menos, 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990, como etapa para alcançar o objetivo de neutralidade climática em 2050. **O PE apela a uma redução de 60% até 2030** e ambiciona que a União e todos os Estados-Membros, individualmente, atinjam a neutralidade climática até 2050.

Orçamento da UE - Condicionalidade do estado de direito

A [condicionalidade relativa ao Estado de direito no âmbito das negociações sobre o orçamento plurianual da UE para 2021-2027](#) e o plano de recuperação foi discutida no PE com [representantes da presidência alemã](#) do Conselho da UE e da Comissão. A maioria dos Deputados criticou a [posição do Conselho sobre o mecanismo de condicionalidade](#) do Estado de direito, adotada em 30 de setembro, considerando que a proposta dos Estados-Membros não permite a criação de um mecanismo eficaz. Intervieram neste debate os Deputados portugueses [José Manuel Fernandes \(PPE\)](#), correlator do PE sobre os recursos próprios, e [Margarida Marques \(S&D\)](#), correlatora do PE sobre o quadro financeiro plurianual para 2021-2027.

Recorde-se que, como referimos em [Sínteses anteriores](#), este é um dos pontos centrais das negociações sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 (QFP), sendo que o PE tem afirmado que apenas dará o seu aval “*se for adotado um mecanismo robusto que permita reduzir ou suspender o financiamento europeu a um país que viole o Estado de direito*.” O PE é contra o enfraquecimento da [proposta da Comissão de maio de 2018](#), que [tem de ser acordada com o Conselho da UE](#) (processo de codecisão).

Acordo UE - Mercosul | Posição do PE

O PE aprovou, no Plenário de terça-feira, uma [emenda](#) ao [Relatório sobre a aplicação da política comercial comum de 2018](#) em que afirma que “*não pode ratificar o Acordo UE-Mercosul tal como está*”. Ainda que se trate de uma resolução não legislativa, a coligação de votos (345 a favor e 296 contra, com S&D, Verdes, Renew e Deputados do PPE) é reveladora do posicionamento político do PE nesta matéria.

Venezuela

O Alto-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Josep Borrell, debateu com os Deputados a posição da UE antes das eleições legislativas de 6 de dezembro. Os temas abordados foram a participação dos partidos da oposição nas eleições e a **decisão da UE de não enviar observadores**, tendo em conta as conclusões de uma [missão de funcionários do Serviço Europeu para a Ação Externa](#) (SEAE) que esteve em Caracas em finais de setembro. Segundo esta missão, “*não existem atualmente condições para um processo eleitoral livre, justo e democrático*”. A intervenção de J. Borrell está disponível [aqui](#).

Florestas: Estratégia pós-2020

O PE aprovou um [relatório sobre a Estratégia da UE para as Florestas](#) pós-2020, em que [aborda o papel do setor florestal](#) no cumprimento dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, a prevenção de incêndios, o êxodo rural e a importância da política agrícola comum, do financiamento das medidas silvícolas e dos programas-quadro de investigação para os meios de subsistência e o desenvolvimento da bioeconomia nas zonas rurais. Intervieram neste debate as Deputadas portuguesas [Marisa Matias \(CEUE/EVN\)](#) e [Isabel Carvalhais \(S&D\)](#).

A Comissão Europeia deverá apresentar a futura Estratégia da UE para as Florestas no início de 2021.

Garantia para a Juventude

O PE aprovou uma [resolução](#) em que apela ao [reforço da Garantia para a Juventude](#), disponibilizando mais recursos para apoiar o emprego jovem, defendendo a proibição dos estágios não remunerados na UE e solicitando que a Garantia para a Juventude passe a ser um instrumento vinculativo. O PE critica o corte feito no financiamento da Garantia para a Juventude no âmbito do quadro financeiro plurianual (QFP) para 2021-2027, após o [Conselho Europeu ter “reduzido significativamente”](#) a alocação obrigatória de recursos do [FSE+](#) em regime de [gestão partilhada](#) de 15% para 10%, “o que é totalmente contrário à ambição da União de investir nos jovens”.

2. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

Os diálogos trilaterais entre o PE, o Conselho e a Comissão Europeia sobre o QFP 2021-27, a decisão relativa aos recursos próprios e o [plano de recuperação económica](#) prosseguiram esta semana. Demos nota, na [Síntese n.º 54](#), do [impasse nas negociações](#) em torno de quatro pontos: i) o [reforço \(top-up\) dos 15 programas emblemáticos da UE](#) que o PE apoia e que foram objeto de reduções significativas no acordo do [Conselho Europeu](#); ii) o [papel do PE na implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência](#), com controlo democrático; iii) a [decisão sobre os recursos próprios](#) (em que o PE tem de ser [consultado](#)), em que o PE solicita a definição de um [calendário juridicamente vinculativo](#) para a introdução de novos recursos próprios. iv) A [questão da condicionalidade do Estado de direito](#) (cfr. *supra*) no orçamento da UE.

Após uma [troca de cartas](#) entre o Embaixador alemão Michael Clauß, Representante Permanente junto da UE e Presidência em exercício, em que refere “*estar disponível para tentar persuadir o Conselho a fazer um esforço adicional*”, nomeadamente através do reforço de alguns programas, como o EU4Health ou Horizonte EU, apontando para uma decisão nesse sentido a meio do QFP 2021-27. Porém, recusou uma das sugestões do PE - retirar o pagamento de juros do tecto do QFP - pois tal necessitaria de nova aprovação pelo Conselho Europeu, comprometendo “o edifício” do pacote acordado pelos líderes em julho. Sobre a condicionalidade do Estado de direito, referiu que “*tal não é nem pode ser um mecanismo de sanções financeiras para os Estados-Membros que não respeitem o Estado de direito, ou seja, não pode ser um procedimento do Artigo 7.º do Tratado por outros meios*”.

[Johan Van Overtveldt](#) (ECR, Bélgica), Presidente da Comissão dos Orçamentos do PE, enviou uma [carta de resposta](#) em que manifesta o “apreço pelo progresso” em algumas áreas, mas assinala “a decepção” pelo facto de “*após seis diálogos trilaterais, o Conselho não ter trazido nada de novo na sua proposta*”.

No dia 7 de outubro, e após a 7.ª ronda de negociações, o [PE decidiu interromper o diálogo](#), “*aguardando que o Conselho atualize o seu mandato negocial*”, por entender que o Conselho não materializou ainda o conteúdo da carta referida em propostas concretas. Está [agendada nova ronda negocial para dia 14 de outubro](#).

Na próxima segunda-feira, o PE (Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar - ENVI) votará o relatório sobre o EU4Health, propondo [repor o valor de 9.4 mil milhões de](#)

euros que constava da proposta da Comissão Europeia (27 de maio de 2020), que o Conselho reduziu para 1.7 mil milhões de euros.

3. COMISSÃO EUROPEIA | PACTO SOBRE ASILO E MIGRAÇÕES

Demos nota, na Síntese [n.º 53](#), da apresentação, por parte da Comissão Europeia, do **novo Pacto sobre a Migração e o Asilo**, que foi o tema principal da [videoconferência](#) entre os Ministros dos Assuntos Internos desta semana para discutir as propostas deste recente pacote.

Registou-se uma **concordância geral** com a abordagem da Presidência de avançar passo a passo na nova reforma do asilo e da migração, tendo a Presidência alemã indicado a sua intenção de **realizar debates de orientação sobre três aspetos-chave** e interrelacionados: procedimento antes da entrada na UE, prevenção do abuso do sistema de asilo e solidariedade. O seu objetivo é alcançar um **acordo político sobre estes aspetos até ao final do ano**. Serão igualmente prosseguidos os trabalhos de finalização de dossiers legislativos fundamentais, nomeadamente o regulamento Eurodac e o regulamento relativo à [Agência de Asilo da UE](#).

Na sequência desta reunião, o Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, considerou que o novo pacto sobre migração e asilo da Comissão Europeia tem um calendário *muito ambicioso sendo dos temas mais difíceis da União Europeia. Desde 2015 que este foi dos assuntos que mais dividiu a UE*, destacando o facto de a discussão da proposta ter o impacto de se cruzar com a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, durante o primeiro semestre de 2021. Sublinhou ainda a tónica colocada por países como Grécia, Itália, Chipre, Malta e Espanha na solidariedade, assentando a proposta da Comissão em três grandes pilares: *repartição justa de responsabilidades*, procedimentos mais rápidos e eficazes, através de um procedimento fronteiriço integrado, e *mudança de paradigma na cooperação com países terceiros*. O Ministro da Administração Interna destacou ainda que, em matéria de migrações, é importante a colaboração com os países vizinhos do Norte de África e é essencial uma política de cooperação para o desenvolvimento desses países.

Temos a indicação de que **será agendado para o dia 13 de novembro um Conselho Extraordinário de Ministros dos Assuntos Internos** sobre o tema.

Importa ainda referir neste âmbito que, sobre o Pacto apresentado, o Presidente da Comissão LIBE do Parlamento Europeu, Juan Fernando López Aguilar (S&D), [destacou as posições diferenciadas entre o Conselho e o Parlamento](#), sendo objetivo deste último *corrigir a injustiça de sobrecarregar os ombros dos países com fronteiras externas vulneráveis da União Europeia face ao Mediterrâneo, ou ao Atlântico, nomeadamente Grécia, Chipre, Malta, Itália e Espanha (...) e para assegurar a solidariedade e a responsabilidade partilhada*.

Decorreu também esta semana um **encontro de trabalho entre serviços da Comissão Europeia (DG Home)** e os Representantes dos Paramentos nacionais em Bruxelas sobre o tema, permitindo a [apresentação](#) do pacote legislativo em curso e sistematização dos seus objetivos.

4. COMISSÃO | POLÍTICA DE ALARGAMENTO

A Comissão adotou a sua Comunicação sobre a política de alargamento da UE e o pacote do alargamento de 2020, que inclui os relatórios anuais de avaliação das reformas essenciais nos Balcãs Ocidentais e na Turquia. Além disso, são apresentadas as recomendações e orientações mais claras e precisas sobre as próximas etapas para os referidos parceiros, em consonância com a metodologia reforçada de alargamento, adotada em março de 2020.

O atual pacote do alargamento diz respeito às negociações de adesão com o Montenegro (2012), a Sérvia (2014) e a Turquia (2005). Em março de 2020, os Estados-Membros concordaram em abrir negociações de adesão com a Macedónia do Norte e a Albânia. A Bósnia-Herzegovina (que apresentou o pedido de adesão à UE em fevereiro de 2016) e o Kosovo (cujo Acordo de Estabilização e de Associação entrou em vigor em abril de 2016) são candidatos potenciais.

A Comissão adotou também um Plano Económico e de Investimento para os Balcãs Ocidentais, que visa estimular a retoma da região a longo prazo, bem como a sua transição ecológica e digital, promover a cooperação económica regional, impulsionar o crescimento económico e apoiar as reformas necessárias para avançar no percurso em direção à UE.

5. PE APROVA COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO DE COMISSÁRIOS

O PE promoveu, a 2 de outubro, as audições de Mairead McGuinness, candidata designada a Comissária Europeia dos Serviços Financeiros, Estabilidade Financeira e União do Mercado de Capitais e de Valdis Dombrovskis. Vice-Presidente Executivo com pelouro do Comércio internacional.

Esta semana, o Plenário **aprovou ambas as nomeações**:

- Mairead McGuinness: 583 votos a favor, 75 contra e 37 abstenções.
- Valdis Dombrovskis: 515 votos a favor, 110 contra e 70 abstenções.

Esta remodelação na Comissão Europeia surge na sequência da demissão do anterior comissário europeu responsável pelo Comércio, Phil Hogan, no final de agosto.

6. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

Na próxima semana, terá lugar um Conselho Europeu (15 e 16 de outubro), em que **as relações futuras UE-RU** serão o tema principal. Subsistem muitas dúvidas sobre a possibilidade de se alcançar um acordo antes do final do período de transição (31.12.2020). Porém, esta semana e num debate na Câmara dos Comuns, o negociador-chefe do RU, David Frost, referiu que poderá haver **abertura para um mecanismo forte de resolução de litígios** em matéria de auxílios de Estado, um dos pontos mais complexos da negociação.

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, recebeu o 1.º Ministro irlandês, Michéal Martin, tendo referido que são necessários passos decisivos do lado britânico. O Parlamento escocês, entretanto, votou contra o consentimento ao *Internal Market Bill*, no que poderá suscitar nova disputa jurídica interna no RU.

Por outro lado, e no tocante às relações futuras e à cooperação entre as partes em matéria de dados pessoais, o **Tribunal de Justiça da UE** determinou, esta semana, que sendo o RU um país terceiro a partir de janeiro de 2021, deixará de ter acesso ao fluxo de dados com a UE.

Numa nota final, o negociador-chefe da UE, Michel Barnier, fará 70 anos em janeiro, momento em que - de acordo com as regras da Comissão Europeia - se deverá aposentar.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência do Eurogrupo

Reunidos a [5 de outubro](#), os ministros debateram as **prioridades do Eurogrupo** e adotaram o seu [programa de trabalho até junho de 2021](#). Além disso, teve lugar uma troca de pontos de vista sobre as prioridades estratégicas para a área do euro no contexto da recuperação.

Cimeira UE-Ucrânia

Realizada a [6 de outubro](#), tendo sido adotada uma [Declaração Conjunta](#).

Reunião informal dos Ministros da Energia

Teve lugar a [6 de outubro](#), e tinha na agenda o debate sobre as metas da UE em termos climáticos até 2030.

Videoconferência dos Ministros de Economia e Finanças

A [6 de outubro](#), os ministros chegaram a um **acordo político sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, o [instrumento principal do pacote de recuperação](#) de 750 mil milhões de euros Next Generation EU, que foi objeto de um intenso debate nos últimos meses. Os ministros debateram as questões ainda não resolvidas, incluindo a governança, os sistemas de controlo e os desafios a ter em conta nos planos de recuperação e resiliência a apresentar pelos Estados-Membros com vista a receber o apoio do mecanismo. O acordo político alcançado será formalizado pelo Comité de Representantes Permanentes sob a forma de mandato para as negociações com o Parlamento Europeu.

Os ministros debateram o [pacote relativo ao financiamento digital](#) apresentado pela Comissão, que inclui estratégias de financiamento digital e de pagamentos de pequeno montante e de propostas relativas aos criptoativos e à resiliência operacional digital do setor financeiro.

A Comissão apresentou igualmente o novo plano de ação para a [União dos Mercados de Capitais](#), que tem três objetivos principais: *i) assegurar que a recuperação económica da UE seja ecológica, digital, inclusiva e resiliente, tornando o financiamento mais acessível às empresas da UE e às PME em especial; ii) tornar a UE um lugar ainda mais seguro para que as pessoas possam poupar e investir a longo prazo; iii) integrar os mercados nacionais de capitais num verdadeiro mercado único de capitais a nível da UE.*

Videoconferência dos Ministros da Administração Interna

Realizada a [8 de outubro](#), demos já nota no ponto 3 do debate sobre o Pacto de Asilo e Migrações. Ainda neste âmbito, os ministros fizeram o **balanço da cooperação com países**

terceiros em matéria de migração, com especial incidência para o Norte de África e os Balcãs Ocidentais. Centraram-se em duas estruturas ou plataformas operacionais lançadas nos últimos meses. Finalmente, foi ainda debatido o desenvolvimento de uma parceria estratégica europeia de polícia, a fim de dar um novo impulso à cooperação policial a nível da UE, em três domínios:

- i) Aplicar **novas tecnologias**, como a inteligência artificial, para ter uma melhor compreensão do crescente fluxo de dados.
- ii) **Reforçar a cooperação operacional** entre as forças policiais, consolidando o acervo em matéria de cooperação policial e assegurando que os agentes possam saber facilmente quais os instrumentos de cooperação de que dispõem
- iii) Criar uma **parceria ativa com países terceiros**, garantindo uma cooperação eficaz e respeitando ao mesmo tempo os nossos valores.

Videoconferência dos Ministros da Justiça

A 9 de outubro, foram adotadas conclusões sobre as **oportunidades da digitalização no domínio do acesso à justiça** e a Presidência informou os ministros sobre o ponto da situação no que diz respeito às propostas legislativas em **matéria de provas eletrónicas**. Aprovaram-se conclusões sobre a **Carta dos Direitos Fundamentais** no contexto da inteligência artificial e da transformação digital. Finalmente, os ministros debateram os aspetos judiciais da estratégia da UE para combater o abuso sexual de crianças e a procuradora-geral europeia, Laura Codruța Kövesi, informou os Estados-Membros sobre o ponto da situação da criação da Procuradoria Europeia (EPPO).

8. OUTROS ASSUNTOS

Inteligência Artificial - Comissão de Assuntos Jurídicos do PE

A Comissão JURI do PE adotou três interessantes relatórios sobre as dimensões éticas, de inovação e de segurança da Inteligência Artificial.

Registo de Transparência

Esta semana, registaram-se progressos nas negociações para o estabelecimento de um **Registo de Transparência obrigatório para as três Instituições (PE, Comissão e Conselho)**.

Salário Mínimo europeu - estudo

O PE publicou uma análise sobre o quadro jurídico para um Salário Mínimo Europeu. A Comissão Europeia deverá apresentar uma proposta sobre esta matéria em dezembro, sendo que deverá ser um tema importante durante a Presidência portuguesa do Conselho da UE.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das [Comissões Parlamentares](#), com destaque para a votação do relatório sobre o [programa de saúde EU4Health](#) (cfr. ponto 2), o debate sobre a [reforma da Política Agrícola Comum 2021-27](#), a troca de impressões com o [1.º Ministro palestino](#) e o debate com a Comissão sobre o [Céu Único Europeu](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [14 de outubro](#), com uma Comunicação sobre o levantamento de barreiras ao investimento para uma recuperação de sucesso. A **20 de outubro**, a Comissão deverá publicar o **seu Programa de Trabalho para 2021**, documento estratégico essencial para a AR e para a Presidência portuguesa do Conselho da UE.

Conselho da União Europeia

- 12.10: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#)
- 13.10: [Conselho dos Assuntos Gerais](#); [Videoconferência dos ministros do Trabalho, dos Assuntos Sociais e da Igualdade](#)
- 15.10: [Reunião informal dos ministros das Telecomunicações](#)
- [Conselho Europeu, 15-16 de outubro de 2020](#)

Reuniões interparlamentares - [Presidência alemã](#)

Terá lugar, no dia 12 de outubro (videoconferência) uma [Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Governação e Coordenação na União Económica e Monetária](#). **Delegação da AR:** Deputada Vera Braz (PS, Comissão de Orçamento e Finanças), Deputado Pedro Cegonha (PS), Deputada Isabel Meireles (PSD) e Deputado Bruno Dias (PCP), pela Comissão de Assuntos Europeus, e Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS) e Deputada Lina Lopes (PSD), pela Comissão de Trabalho e Segurança Social.

Bruxelas | 9 de outubro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).